Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões — Info-acessibilidade»

COM (2005) 425 final

(2006/C 110/05)

Em 13 de Setembro de 2005, a Comissão Europeia decidiu, nos termos do artigo 262.º do Tratado que instituiu a Comunidade Europeia, consultar o Comité Económico e Social Europeu sobre a proposta supra-mencionada.

Foi encarregada da preparação dos trabalhos nesta matéria a Secção Especializada de Transportes, Energia, Infra-estruturas e Sociedade da Informação, que emitiu parecer em 23 de Fevereiro de 2006 (relator: Miguel CABRA DE LUNA).

Na 425.ª reunião plenária, realizada em 15 e 16 de Março de 2006 (sessão de 15 de Março), o Comité Económico e Social Europeu adoptou, por 142 votos a favor, 2 votos contra e 3 abstenções, o seguinte parecer:

1. Justificação

1.1 Urge que o mercado de bens e serviços de TIC acessíveis prossiga na via da interoperabilidade e da compatibilidade tanto na Europa como no mundo.

1.2 O sector das TIC começa a ter consciência do mercado inexplorado de consumidores com deficiência, bem como de uma crescente população de consumidores mais idosos que poderiam beneficiar de modo considerável de especificidades acessíveis na concepção e na produção de bens e serviços neste sector.

1.3 Os Estados-Membros da UE estão cada vez mais activos, tanto em conjunto como independentemente, para enfrentar a fractura digital e na promoção da Info-Inclusão e da Info-Acessibilidade através de medidas tanto legislativas como voluntárias. É imperioso haver uma coordenação comunitária neste domínio a fim de inverter a actual fragmentação do mercado, para impedir uma maior fragmentação no mercado e para evitar erros do passado, como a ausência de acessibilidade às TIC normais e a incompatibilidade entre tecnologias de apoio e bens e serviços normais que conduziram ao isolamento de consumidores potenciais do mercado. Tais erros tiveram um efeito negativo adicional em termos económicos, em particular na perpetuação da exclusão social de muitas pessoas e na inibição do seu acesso ao mercado de trabalho.

1.4 A comunicação da Comissão Europeia sobre Info-Acessibilidade apresenta as principais prioridades a ter em conta e abranger a fim de evitar a fragmentação do mercado, mas mais ainda para promover uma maior convergência e um maior crescimento económico neste sector.

2. Antecedentes da comunicação sobre a Info-acessibilidade

2.1 Com a comunicação sobre a Info-Acessibilidade, a Comissão Europeia pretende contribuir para o principal quadro estratégico para a sociedade da informação europeia, como

estabelecido na comunicação i2010 ⁽¹⁾, publicada em Junho de 2005.

2.2 A comunicação tem como principal objectivo promover uma abordagem mais coerente com as iniciativas de info-acessibilidade nos Estados-Membros e pela indústria.

2.3 A comunicação apresenta em pormenor tanto os benefícios da nova tecnologia para as pessoas com deficiência, como também os problemas e os novos obstáculos criados pelo desenvolvimento de tais tecnologias.

2.4 A comunicação manifesta preocupação pela actual fragmentação do mercado em tecnologias de acessibilidade, e pelo risco de maiores problemas em virtude da ausência de harmonização e interoperabilidade neste mercado.

2.5 Três abordagens estão anunciadas na Comunicação da Comissão para tratar desta matéria:

- a promoção de requisitos de acessibilidade nos contratos públicos;
- a certificação de acessibilidade;
- uma melhor utilização da legislação existente.

3. Pessoas com deficiência e a Sociedade da Informação

3.1 Tem-se cada vez mais consciência de que os progressos em tecnologia da informação e da comunicação (TIC) devem dar resposta às necessidades de todas as pessoas na sociedade, em particular as mais vulneráveis à exclusão social, para enfrentar os problemas da fractura digital e do dualismo social enraizado.

⁽¹⁾ COM(2005) 229 final.

3.2 O acesso das pessoas com deficiência à informação deve ser reconhecido acima de tudo como uma questão de direitos. As pessoas com deficiência, que representam 10 % da população da UE, têm os mesmos direitos que as pessoas sem deficiência em matéria de acesso aos bens e serviços, inclusivamente aos bens e serviços das TIC.

3.3 Há, igualmente, importantes razões económicas que justificam que os governos e a indústria tratem seriamente deste assunto. Ao abordar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência no acesso às TIC e encontrar soluções, as vantagens e os benefícios irão para **todos** os utilizadores, em particular para a crescente população de idosos, crianças e pessoas com deficiências temporárias.

3.4 As pessoas com deficiência constituem um grupo heterogéneo. Simultaneamente, deve-se reconhecer que os principais grupos com deficiência que têm dificuldades de acesso às TIC são pessoas com deficiências de natureza cognitiva ou de aprendizagem, pessoas com deficiências sensoriais (surdos e surdos-cegos, pessoas com dificuldades de fala) e pessoas com deficiência física.

3.5 As pessoas com deficiência têm beneficiado dos progressos das TIC de muitas maneiras tanto no respeitante às tecnologias tradicionais como às tecnologias auxiliares, como por exemplo:

- as vantagens das mensagens SMS para surdos, sem perder de vista que não permitem a comunicação em tempo real;
- a disponibilidade ou software de fala e de ampliação para cegos e utilizadores de computadores com visão parcial;
- e sistemas de reconhecimento da voz.

3.6 Todavia, e simultaneamente, surgem novos obstáculos, como por exemplo:

- O desenvolvimento de novas tecnologias informáticas reduziu de modo drástico a possibilidade de utilização de computadores por pessoas cegas enquanto 99 % dos PC podiam ser utilizados por cegos em 1990, apenas 1/3 são acessíveis actualmente em virtude, por exemplo, do aumento de comandos visuais ao longo dos anos ⁽²⁾.
- A crescente complexidade dos telemóveis e a crescente utilização de comandos visuais criam obstáculos para as pessoas

com deficiência, bem como para os consumidores sem deficiência.

- Na Europa, há diferentes sistemas de telefonia de texto sem qualquer compatibilidade entre eles. Os surdos e as pessoas com dificuldades auditivas não podem comunicar em tempo real, nem na Europa, nem à escala internacional, através dos actuais sistemas de telecomunicações.
- A televisão digital, uma tecnologia cada vez mais importante para a comunicação interactiva e a informação pública, é menos acessível a pessoas com deficiência do que a televisão analógica. A televisão digital é uma tecnologia grandemente baseada em apresentações visuais, comandos visuais e a sua utilização é extremamente complicada e poderia excluir mais 4,4 % de telespectadores em virtude da sua menor acessibilidade ⁽³⁾.
- A comunicação da Comissão Europeia apresenta uma série de exemplos de desafios a enfrentar em matéria de interoperabilidade de dispositivos e sistemas das TIC.

4. Os fundamentos económicos e empresariais para a Info-Acessibilidade e a Info-Inclusão

4.1 A estratégia de Lisboa dá destaque à necessidade de garantir a inclusão social e económica de todas as pessoas através da empregabilidade. Todavia, se as TIC não são concebidas de modo acessível, as pessoas com deficiência continuarão a ser excluídas do mercado de trabalho. A completa e efectiva execução dos princípios e práticas de Info-Acessibilidade é fundamental para a inclusão económica de pessoas com deficiência, bem como para a sua inclusão social. A adesão aos princípios da info-acessibilidade significa também a adesão aos requisitos da segurança ambiental (como resolver a incompatibilidade com a utilização de telemóveis pelas pessoas que utilizam meios auxiliares auditivos das interferências electrónicas e de ruído que ouvem). Em média, a taxa de participação de pessoas com deficiência na força de trabalho da UE é inferior a 35 %, sendo de 70 % para os trabalhadores sem deficiência. Segundo estimativas da Comissão, cerca de 2 a 3,5 milhões de pessoas com deficiência poderiam integrar, potencialmente, a força de trabalho se forem tomadas medidas para suprimir os obstáculos à sua inclusão ⁽⁴⁾. A inclusão de pessoas com deficiência beneficiará a sociedade e a economia da Europa em geral afastando a dependência das pessoas com deficiência.

⁽²⁾ Televisão digital para todos. Um relatório sobre a utilizabilidade e acessibilidade para o projecto britânico de televisão digital, por Generic Groups.

⁽⁴⁾ Relatório da Comissão Europeia «Programas activos do mercado de trabalho para pessoas com deficiência» (2002).

⁽²⁾ Fonte: União Europeia dos Cegos.

4.2 Enquanto um número crescente de actores da indústria das TIC precisa de compreender os benefícios económicos e empresariais mediante a resposta a dar às necessidades dos utilizadores com deficiência e idosos na concepção de produtos e serviços, deve-se promover de modo mais activo e mais alargado a sensibilização para aqueles benefícios. Há particular necessidade de formar o pessoal do sector, tanto dirigentes como técnicos e pessoal da primeira linha, nos requisitos e especificidades de acessibilidade a fim de dar resposta às crescentes necessidades.

4.3 As pessoas com deficiência representam 10-12 % da população europeia. Além disso, a Europa passa por importantes alterações demográficas. Mais considerável será o impacto do envelhecimento da população na Europa. Em 2050, 34,5 % da população europeia terá mais de 60 anos de idade.

4.4 As pessoas com deficiência, as pessoas com deficiência temporária e os idosos representam 30 % da população europeia⁽⁵⁾. Além disso, a tecnologia acessível beneficiaria um maior número de consumidores em geral, inclusivamente crianças e pessoas não familiarizadas com as novas tecnologias, assim como grupos socialmente excluídos. Um exemplo é a comunicação por texto em tempo real, que tem um potencial de mercado muito para além da comunidade com deficiência.

4.5 As pessoas com deficiência e os idosos representam um mercado inexplorado com boas perspectivas para a indústria, devendo esta comercializar os seus bens entre estes consumidores de forma inédita. Um estudo alemão revelou que, na Europa, mais de 48 % das pessoas com idade superior a 50 anos consideravam não serem adequadamente contempladas pelos fabricantes aquando da concepção dos produtos e serviços das TIC⁽⁶⁾. Além disso, um estudo recentemente efectuado pela Microsoft constatou que 50 % da população com idade superior a 59 anos beneficiaria de modo considerável de modalidades de acessibilidade nas TIC. A acessibilidade e a concepção para todos de todas as tecnologias conduziu à criação de emprego no sector, em particular nas PME que desbravaram o caminho para inovações em tecnologias de acessibilidade e progresso em novos domínios e novas profissões.

5. Observações na generalidade

— O CESE congratula-se com a comunicação da Comissão sobre a Info-Acessibilidade, que apresenta importantes propostas e compromissos em matéria de contratos públicos, certificação e legislação. Esta comunicação sobre Info-Acessibilidade vem reforçar a comunicação «i2010 — Uma sociedade da informação europeia para o crescimento e o emprego».

⁽⁵⁾ Estudo OECD-ECMT «Melhorar o transporte de pessoas com deficiência motora», 1999, data de antes da UE-15.

⁽⁶⁾ Referência do estudo : www.seniorwatch.de.

— O CESE convida as instituições comunitárias a colocarem as acções propostas na comunicação no epicentro do quadro estratégico europeu para a sociedade da informação. As acções i2010 prestarão particular atenção às metas e objetivos para a promoção da Info-Acessibilidade e da eInclusão.

— O CESE reconhece que há muitas pessoas e famílias a quem é recusado o acesso contínuo aos serviços telefónicos em virtude dos seus limitados rendimentos. Além disso, certos equipamentos e serviços TIC (como o acesso à Internet) podem ter um preço proibitivo para essas pessoas, inclusivamente pessoas com deficiência e idosos. O CESE convida os Estados-Membros a prestarem apoio económico a fim de facilitar o acesso aos bens e serviços das TIC aos grupos vulneráveis e excluídos da sociedade.

— O CESE tem conhecimento, com muito agrado, do trabalho em curso do Comité das Comunicações Inclusivas (INCOM) e dos grupos de trabalho TCAM⁽⁷⁾ sobre a deficiência presididos pela Comissão Europeia. Estes grupos de trabalho reuniram todas as partes interessadas relevantes para estabelecer prioridades e áreas de acção em relação com a Info-Acessibilidade — acesso aos bens e aos serviços.

— O CESE recorda que em numerosas resoluções referiu e manifestou apoio à promoção da Info-Acessibilidade de pessoas com deficiência aos bens e serviços; designadamente:

— Parecer do CESE sobre a proposta de decisão do Conselho «2003, Ano Europeu das Pessoas com Deficiência» COM(2001) 271 final — 2001/0116 (CNS), CES 1064/2001

— Parecer do CESE sobre a «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre eEurope 2002: acessibilidade dos sítios Web públicos e do respectivo conteúdo» COM(2001) 529 final, CES 1546/2001

— Parecer do CESE sobre «A integração das pessoas com deficiência na sociedade» (CES 853/2002)

— Parecer do CESE sobre a «Comunicação da Comissão ao Conselho, Parlamento Europeu, Comité Económico e Social Europeu e Comité das Regiões — Igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência: Plano de Acção Europeu» COM(2003) 650 final, CESE 311/2004

— Parecer do CESE sobre a Proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos direitos das pessoas com mobilidade reduzida no transporte aéreo (CESE 730/2005)

⁽⁷⁾ Comité de Avaliação da Conformidade e de Vigilância do Mercado das Telecomunicações (TCAM).

6. Observações na generalidade do CESE sobre as principais propostas da comunicação

6.1 Normas harmonizadas e interoperabilidade

6.1.1 O CESE partilha da preocupação da Comissão Europeia sobre a ausência de soluções harmonizadas no domínio da Info-Acessibilidade. Em virtude da natureza global da indústria das TIC, é fundamental combater a fragmentação europeia devido à existência e desenvolvimento de soluções diferentes nos Estados-Membros. Todavia, a fim de proporcionar as maiores economias de escala possíveis e a maior escolha aos consumidores, é igualmente essencial evitar uma fragmentação global através de requisitos regionais únicos.

6.1.2 O CESE considera que a indústria das TIC tem cada vez mais consciência do mercado inexplorado das pessoas com deficiência e dos consumidores idosos na Europa e no plano internacional, mas esta consciência deve ser vigorosamente promovida e apoiada.

6.1.3 O CESE apoia sem reservas o desenvolvimento e implementação de normas europeias de acessibilidade públicas, consensuais e objectivas, devendo estas normas reconhecer igualmente, e simultaneamente, a situação global e complementar as normas internacionais. A falta de complementaridade das normas europeias e internacionais gera confusão e frustração nos consumidores com deficiência e na indústria.

6.1.4 Deve haver uma participação activa dos utilizadores no processo de normalização e deve-se apoiar a representação de organizações representativas de pessoas com deficiência nos processos de decisão sobre a elaboração de normas europeias de acessibilidade.

6.1.5 O CESE considera que se deve solicitar às organizações europeias de normalização que tenham em conta as questões da Info-Acessibilidade no desenvolvimento de todas as normas.

6.2 Contratos públicos

6.2.1 A inclusão de requisitos de acessibilidade nos contratos públicos mostrou ser uma maneira efectiva de promover a concepção de tecnologias acessíveis, bem como de promover o emprego e o crescimento. A utilização dos contratos públicos para fazer progredir as abordagens de acessibilidade é uma modalidade de incentivo para as empresas integrarem esta abordagem no centro das suas actividades. Além disso, o CESE apela para que a nova iniciativa da Comissão, e Mercados Públicos para promover as transacções em linha, seja inteiramente acessível às pessoas com deficiência consistente com as metas e objectivos da Info-Acessibilidade, e para que se evitem incidentes de inépcia ou corrupção.

6.2.2 A revisão das directivas comunitárias relativas aos mercados públicos oferece a oportunidade de incluir a acessibilidade como critério nos mercados públicos de equipamentos e serviços TIC. Será importante recordar que os mercados públicos representam 16 % do produto interno bruto, ou seja, 1,5 biliões de euros, representando as TIC 6 % do PIB da UE. As despesas médias do sector público europeu em TIC representa 0,8 % do PIB, ou seja, 76 mil milhões de euros. Com um investimento desta escala é fundamental que os mercados públicos garantam uma política de aquisição sustentável, garantindo o acesso de TODOS os membros da sociedade aos bens e serviços oferecidos. Tal política de Info-Inclusão é crucial para o funcionamento efectivo das economias locais e para a promoção do bem-estar e independência dos membros da comunidade.

6.2.3 Assim, o CESE apoia sem reservas a proposta da Comissão de preparar um mandato para os organismos europeus de normalização elaborarem requisitos europeus de acessibilidade aplicáveis aos contratos públicos de produtos e serviços no domínio das TIC. É, todavia, fundamental que esses requisitos estabeleçam um equilíbrio entre as necessidades dos utilizadores e da indústria, e que sejam utilizáveis pelos poderes públicos e não conduzam à fragmentação na Europa e, tanto quanto possível, no mercado global.

6.2.4 E ainda, em caso de futuras revisões das directivas comunitárias relativas aos mercados públicos⁽⁸⁾, o CESE acolheria com agrado o reforço das disposições da directiva no sentido de incluir a acessibilidade como critério nos mercados públicos.

6.3 Certificação e avaliação por terceiros contra autodeclaração

6.3.1 A indústria das TIC deve comunicar de modo mais claro aos consumidores a acessibilidade e as características de concepção para todos dos seus bens e serviços.

6.3.2 O CESE considera interessante a proposta da Comissão Europeia no sentido de explorar sistemas de declaração e auto-declaração e de incentivar a transparência e um melhor reconhecimento da Info-Acessibilidade, bem como a consideração de sistemas adequados de certificação de uma marca de Info-Acessibilidade para bens e serviços conformes com as normas de Info-Acessibilidade.

6.3.3 O CESE considera que a futura investigação e recolha de dados sobre as diferentes opções ajudarão a clarificar a via a prosseguir. Em particular, acolhemos com agrado futuras conferências e iniciativas da UE neste domínio.

⁽⁸⁾ Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

6.4 Recurso à legislação

6.4.1 A Comissão Europeia chama a devida atenção para a legislação comunitária em vigor que pode enquadrar a promoção e a aplicação da Info-Acessibilidade.

6.4.2 Devem-se acolher com agrado e encorajamento os compromissos voluntários da indústria. Tais compromissos voluntários atestam o grau de interesse e atenção por parte da indústria no sentido de ter em conta a acessibilidade na concepção de bens e serviços. Simultaneamente, os compromissos voluntários por si sós não demonstraram serem suficientes para garantir a aplicação adequada dos requisitos de acessibilidade para ultrapassar os obstáculos que enfrentam as pessoas com deficiência em matéria de tecnologias tradicionais. Os compromissos voluntários devem ser complementados por iniciativas legislativas incluindo igualmente o domínio dos mercados públicos.

6.4.3 É importante que o empenho comunitário na Info-Inclusão e na Info-Acessibilidade seja reconhecido de modo explícito e considerado horizontalmente em todas as iniciativas comunitárias relevantes.

6.4.4 Por exemplo, a legislação em vigor relativa aos mercados públicos e às comunicações electrónicas é vigorosamente apoiada pela legislação comunitária anti-discriminação no domínio do emprego, que oferece importantes oportunidades para fazer progredir as necessidades de acesso de pessoas com deficiência.

- Deve haver um acompanhamento regular e abrangente, tanto a nível da Comissão como dos Estados-Membros, da aplicação efectiva no terreno dos compromissos legislativos no domínio da Info-Acessibilidade.
- Deve-se efectuar uma análise do modo de melhorar a legislação em vigor mediante futuras revisões legislativas, a fim de reforçar e alargar as disposições de Info-Acessibilidade. Há necessidade de apoio explícito e de promoção da Info-Acessibilidade nos regulamentos comunitários dos Fundos Estruturais e no programa-quadro de IDT (2007-2013).
- É necessário que as instituições da UE introduzam legislação mais exigentes e mais abrangente sobre o acesso das pessoas com deficiência a bens e serviços, também em relação às tecnologias da informação e da comunicação, para que a UE garanta o respeito dos direitos sociais e humanos das pessoas com deficiência e o direito destas à igualdade de acesso a bens e serviços.
- Há necessidade de reforçar e alargar o alcance de disposições de acessibilidade no pacote de directivas relativas às comunicações electrónicas.

6.4.5 Actualmente, a directiva relativa ao serviço universal⁽⁹⁾ abrange o acesso aos telefones públicos e aos serviços telefónicos públicos, tais como serviços de emergência e serviços de consulta de listas telefónicas. O CESE lamenta o facto de a directiva não abranger os telemóveis nem a banda larga. Devia-se alargar o âmbito da directiva relativa ao serviço universal a fim de abranger os telemóveis e a banda larga⁽¹⁰⁾ e, ainda, deve-se garantir o acesso equitável às redes e serviços mediante tarifas razoáveis e, se necessário, tarifas sociais.

6.4.6 Muitas pessoas com deficiência continuam a enfrentar problemas de utilização e acesso em comunicações móveis. Há necessidade de comunicações móveis interactivas em tempo real para os surdos e duros de ouvido, pessoas com dificuldades de fala e pessoas surdas e cegas. A recepção de comunicação interactiva através de comunicações móveis deve ser num pé de igualdade com pessoas sem deficiência ou seja, em relação à utilização e qualidade de serviço, bem como de equipamento, escolha, disponibilidade e preço.

6.4.7 Há necessidade de dar resposta ao problema de interoperabilidade que se verifica nos sistemas existentes utilizados por pessoas com deficiência sensorial. As pessoas com deficiência devem ter a possibilidade de fazer uma comunicação em tempo real e sem dificuldade, tanto à escala europeia como internacional.

6.4.8 A Internet está cada vez mais a ser utilizada como um serviço público e instrumento de comunicação, mas há ainda sérios problemas de acesso que as pessoas com deficiência enfrentam quando usam a Internet. Um exemplo de problemas de acessibilidade em relação à banda larga: novos serviços de Voz sobre Protocolo Internet (VOIP) já oferecem serviços de «telefonía» em banda larga, um serviço barato atractivo para os utilizadores, em particular para chamadas internacionais. Todavia, não há nenhuma garantia de que a VOIP possa oferecer acesso a serviços de emergência ou serviços de consulta de listas telefónicas. Todos estes aspectos devem ter resposta.

7. Propostas específicas do CESE

Tendo em vista os objectivos e questões supra referidos, o CESE considera que as seguintes propostas concretas seriam um contributo útil para atingir os objectivos globais:

⁽⁹⁾ Directiva 2002/22/CE.

⁽¹⁰⁾ O CESE chama a atenção para o facto de a telefonía móvel de pagamento pela utilização e só quando utilizada (Pay-As-You-Go) deu uma importante contribuição para alargar o acesso a serviços telefónicos a pessoas de baixos rendimentos, podendo dizer-se que fizeram melhor do que os fornecedores nacionais.

7.1 Normas harmonizadas e interoperabilidade

7.1.1 O CESE considera que se deve solicitar às organizações europeias de normalização no sentido de terem em conta as questões de Info-Acessibilidade no desenvolvimento de todas as normas TIC.

7.1.2 O CESE apela para a adopção de normas comunitárias e de compromissos legislativos a fim de harmonizar os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência em relação às seguintes áreas:

- acesso a serviços de emergência que incorporem redes IP;
- desenvolvimento de comunicação em tempo real, em particular para os surdos e duros de ouvido;
- acesso à televisão digital interactiva;
- necessidade de interconexão de prestação de serviço acessível com equipamento de acesso e de utilização.

7.2 Certificação e avaliação por terceiros contra autodeclaração

7.2.1 O CESE apoia a proposta da Comissão de estudar a ideia de um sistema de certificação e de rotulagem de produto e conformidade de autodeclaração, a par da natureza obrigatória ou voluntária destes processos, e apoia o envolvimento de todas as partes interessadas, em particular representantes de organizações representativas de pessoas com deficiência. A Comissão Europeia colocará os resultados à disposição do CESE em 2007.

7.3 Contratos públicos

7.3.1 O CESE urge os Estados-Membros a transporem na íntegra, e sem demora, as directivas comunitárias relativas aos mercados públicos e garantirem a integração no quadro legislativo nacional das vigorosas disposições sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência.

7.3.2 O CESE urge todos os poderes públicos a incluírem critérios de acessibilidade nos concursos públicos.

7.3.3 O CESE apela para a inclusão de disposições obrigatórias sobre acessibilidade às TIC na futura revisão das directivas comunitárias relativas aos mercados públicos. Assim, deveria ser legalmente proibido às autoridades públicas a utilização de suportes e equipamentos electrónicos, ou de outros produtos e serviços TIC não conformes às normas de acessibilidade vigentes.

7.3.4 Em relação ao mandato de normalização do CEN/CENELEC/ETSI, relativo aos requisitos de acessibilidade europeus para produtos e serviços sob contratos públicos no domínio das TIC, o CESE apela aos Estados-Membros no

sentido de apresentarem um plano de acção sobre a melhor aplicação da norma europeia à escala nacional, conforme uma abordagem comum e coerente.

7.4 Integração

7.4.1 O CESE apela para o reconhecimento explícito da importância da Info-Acessibilidade e da concepção de todas as abordagens às TIC em todas as propostas legislativas ou não legislativas da UE, em particular em documentos-chave da UE sobre a sociedade da informação e em relação aos regulamentos dos Fundos Estruturais, aos instrumentos de financiamento para os países candidatos e ao 7.º programa-quadro de IDT.

7.5 Acessibilidade da Web

7.5.1 O CESE convida todos os Estados-Membros a adoptarem formalmente, sem alterações, a versão 2 das directrizes da Iniciativa de Acessibilidade da Web, e que integrem em todos sítios públicos na Internet.

7.5.2 O CESE apela para a aplicação do 2.º grau de consentimento da versão 2 das directrizes da Iniciativa de Acessibilidade da Web — acessibilidade ao conteúdo da web (W3C-WAI), o que significa o mais alto grau de acessibilidade, aplicável em todos os recursos Web.

7.5.3 O CESE constata a necessidade e a urgência de desenvolver e disponibilizar facilmente ferramentas de criação ⁽¹⁾ que os conceptores de sítios Web podem usar para garantir a conformidade dos seus sítios Web com as W3C-WAI WCAG 2.0. Estas ferramentas devem ser conformes com a versão 2 das directrizes de acessibilidade às ferramentas de criação (W3C WAI ATAG).

7.6 Legislação

7.6.1 A Comissão Europeia deve empreender uma acção mais vigorosa para garantir a aplicação e o cumprimento das obrigações pelos Estados-Membros em relação aos utilizadores com deficiência conforme as directivas relativas às comunicações electrónicas em vigor. Segundo as respostas ao questionário INCOM sobre o pacote de comunicações electrónicas recebidas pela Comissão, torna-se aparente que os Estados-Membros não cumpriram estes compromissos de modo adequado.

7.6.2 O CESE convida a Comissão Europeia a lançar processos por infracção contra os Estados-Membros que não cumprem as suas obrigações conforme a legislação comunitária, a fim de garantir o pleno cumprimento pelos Estados-Membros em questão.

⁽¹⁾ O termo «ferramenta de criação» aplica-se ao vasto leque de suportes electrónicos para criar conteúdos na Web.

7.6.3 O CESE apela para um reforço considerável das disposições relativas à acessibilidade, e torná-las obrigatórias, na futura revisão legislativa comunitária relativa às comunicações electrónicas.

7.6.4 O CESE convida a Comissão Europeia a publicar um relatório comparativo da situação das acções dos Estados-Membros em relação à Info-Acessibilidade, e para o lançamento de processos por infracção contra os Estados-Membros que não cumprem os seus compromissos conforme as directivas relativas às comunicações electrónicas.

7.6.5 O CESE apela para o reforço e alargamento do alcance de disposições de acessibilidade de serviços e equipamentos nas directivas relativas às comunicações electrónicas. Nomeadamente:

- alargamento da directiva relativa ao serviço universal a fim de abranger as comunicações móveis e as tecnologias de banda larga;
- revisão da directiva relativa aos equipamentos de rádio e equipamentos terminais de telecomunicações (RTTE), com a finalidade de incluir requisitos obrigatórios sobre acessibilidade de equipamento electrónico.

7.7 *Novo quadro estratégico para a sociedade da informação europeia*

7.7.1 O CESE constata que a estratégia da Comissão Europeia para a sociedade da informação europeia ⁽¹²⁾ requer dos Estados-Membros um relatório anual sobre os seus progressos e sobre as modalidades de implementação dos seus programas de reforma nacionais.

7.7.2 O CESE convida os Estados-Membros a incluírem um capítulo específico sobre Info-Acessibilidade e eInclusão no seu relatório anual e solicita o apoio da Comissão para este apelo.

7.7.3 O CESE convida os Estados-Membros a fixarem objectivos e calendários claros e específicos para a implementação das disposições da Info-Acessibilidade nos planos de acção nacionais.

7.8 *Envolvimento do Utilizador*

7.8.1 O CESE convida os decisores da UE a garantirem uma consulta plena e equitável, e o envolvimento sistemático de

utilizadores com deficiência de organizações representativas de pessoas com deficiência, no desenvolvimento e concepção de bens e serviços e na elaboração de normas. As instituições da UE devem proporcionar recursos adicionais para garantir a participação adequada no processo de utilizadores com deficiência.

7.9 *Educação & Formação e curriculum Concepção-para-todos*

7.9.1 O CESE convida os governos e a indústria a desenvolverem e apoiarem medidas de promoção da educação e formação em TIC de pessoas com deficiência e alguns idosos no quadro da aprendizagem ao longo da vida, bem como entre outros grupos excluídos, a fim de lhes proporcionar um acesso mais fácil, mais barato e melhor a essas tecnologias.

7.9.2 Medidas de sensibilização, como a promoção de um Curriculum Europeu de Concepção para Todos, têm um grande potencial para melhorar o entendimento e a integração da acessibilidade nas TIC.

7.9.3 O CESE convida a Comissão, todos os Estados-Membros e a indústria a promoverem e integrarem de modo activo um curriculum concepção-para-todos em todos os programas de educação e formação na área das TIC.

7.9.4 O CESE convida a indústria a garantir ao seu pessoal uma formação interna ou externa sobre concepção acessível.

7.10 *Acções internas no CESE*

7.10.1 O CESE está empenhado em «pôr a sua casa em ordem» e garantir o respeito do princípio e prática de acessibilidade em mercados públicos nas suas actividades de mercados públicos.

7.10.2 O CESE analisará as possibilidades de melhoramentos a fim de garantir o acesso de pleno direito e igualdade de pessoas com deficiência ao sítio Web do CESE, sistemas de suportes electrónicos (software) e equipamento TIC.

7.10.3 O CESE introduzirá processos internos a fim de garantir formatos acessíveis para todos os documentos.

Bruxelas, 15 de Março de 2006.

A Presidente
do Comité Económico e Social Europeu
Anne-Marie SIGMUND

⁽¹²⁾ COM(2005) 229 final